



MINISTÉRIO DA FAZENDA
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO

Processo nº 10166.903359/2009-48

Recurso nº Voluntário

Acórdão nº 1301-002.864 – 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária

Sessão de 15 de março de 2018

Matéria Compensação tributária

Recorrente BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA

Recorrida FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

Ano-calendário: 2006

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. INSUFICIÊNCIA DE SALDO NEGATIVO DO IRPJ. EXISTÊNCIA DE DÉBITO REMANESCENTE

Restando confirmado o débito remanescente da Cofins pela insuficiência do direito creditório, nos termos do resultado do relatório de diligência, cabível sua exigência pelo fisco.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário. Ausente momentânea e justificadamente a Conselheira Bianca Felícia Rothschild. Participou do julgamento o Conselheiro Suplente Leonam Rocha de Medeiros.

(assinado digitalmente)

Fernando Brasil de Oliveira Pinto - Presidente.

(assinado digitalmente)

Nelso Kichel- Relator.

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Fernando Brasil de Oliveira Pinto (Presidente), Roberto Silva Junior, Amélia Wakako Morishita Yamamoto,

Marcos Paulo Leme Brisola Caseiro, Nelso Kichel, Milene de Araújo Macedo, José Eduardo Dornelas Souza e Leonam Rocha de Medeiros.

Relatório

Cuidam os autos do Recurso Voluntário (e-fls.4373/4379) contra decisão da 4^a Turma da DRJ/Brasília (e-fls. 4365/4368) que julgou a Manifestação de Inconformidade procedente em parte:

- a) ao reconhecer, em parte, o direito creditório pleiteado;
- b) ao autorizar homologação das compensações tributárias até o limite do crédito reconhecido.

Quanto aos fatos:

- consta dos autos que a contribuinte transmitiu várias DCOMP à Delegacia da Receita Federal do Brasil em Brasília, informando compensações tributárias, mediante programa gerador PER/ DCOMP, utilizando o **saldo negativo do IRPJ do 1º trimestre de 2006 de R\$ 228.789,19 (valor original)** para a compensação dos débitos da CSLL do 2º trimestre de 2006 e da COFINS dos PA junho/2006, abril/2006 e julho/2006, conforme demonstrativo abaixo:

DATA TRANSM.	Nº PER/DCOMP	DÉBITO COMPENSADO - PA	CRÉDITO UTILIZADO (original)
14/07/2006	40820.28420.140706.1.3.02-1531	COFINS -junho de 2006	R\$ 96.655,71 (e-fls. 39/43)
31/07/2006	12822.92013.310706.1.3.02-4201	CSLL -2º trimestre/2006	R\$ 33.594,27 (e-fls. 44/48)
15/08/2006	23907.34927.150806.1.3.02-5451	COFINS - julho/2006	R\$ 68.836,22 (e-fls. 49/ 53)
30/03/2007	07922.15483.300307.1.7.02-6870	COFINS - abril/2006	R\$ 29.702,97 (e-fls. 33/38)
SALDO NEGATIVO 1º TRIMESTRE/2006			R\$ 228.789,17

Obs: Na DIPJ 2007, ano-calendário 2006 (Ficha 12A), no regime de apuração do lucro real trimestral, a contribuinte apurou saldo negativo do IRPJ do 1º trimestre/2006, o valor de (**R\$ 179.190,70**) (e-fl. 100).

Em **18/02/2009**, a DRF/Brasília expediu Despacho Decisório eletrônico (e-fl. 29) não homologando as DCOMP identificadas acima, por não reconhecer o crédito pleiteado, nos seguintes termos:

(...)

3-FUNDAMENTAÇÃO, DECISÃO E ENQUADRAMENTO LEGAL

Analisadas as informações prestadas no documento acima identificado, não foi possível confirmar a apuração do crédito, pois o valor informado na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) não corresponde ao valor do saldo negativo Informado no PER/DCOMP.

Valor original do saldo negativo informado no PER/DCOMP com demonstrativo de crédito: R\$ 228,789,18

Valor do saldo negativo informado na DIPJ: RS 179.190,70

(...).

Diante do exposto, NÃO HOMOLOGO a compensação declarada nos seguintes PER/DCOMP:

(...)

Enquadramento legal: Parágrafo 1º do art. 6º e art. 28 da Lei 9.430, de 1996. Art. 5º da IN SRF 600, de 2005. Art. 74 da Lei 9.430, de 27 dezembro de 1998.

(...)

Ciente dessa decisão em **05/03/2009** – quinta-feira - Aviso de Recebimento – AR (e-fls. 30/31), a contribuinte apresentou Manifestação de Inconformidade em **06/04/2009** – **segunda-feira** (e-fls. 02/05), juntando ainda documentos (e-fls.06/100), cujas razões, em resumo, são as seguintes:

- que se faz necessário a retificação da DIPJ 2007, ano-calendário 2006, tendo em vista que o valor do saldo negativo do IRPJ, 1º trimestre/2006 (R\$ 179.190,70) constante na **Ficha 12A**, item 12, foi preenchido incorretamente, pois o valor do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) foi de R\$ 228.789,18, conforme demonstrativo:

1º TRIMESTRE/2006	8045	Aplicação Financeira	Cartão CPA	Hotéis/ Demais	Dep Judicial/ Caucionados
Jan a Dez 05	4.424,42			8.565,39	
Janeiro	56.804,58	5.472,63	6.052,14		
Fevereiro	53.209,98				
Março	53.622,70	35.312,32	5.076,88		248,14
TOTAL Parcial	168.061,68	40.784,95	11.129,02	8.565,39	248,14
TOTAL GERAL (IRRF)				228.789,18	

- que os dados da Ficha 12A da DIPJ 2007, AC 2006, deve ser ajustada para:

1º TRIMESTRE DE 2006 - Lucro Real Trimestral	
IMPOSTO SOBRE LUCRO REAL	
01. A alíquota de 15%	0,00
02. Adicional	0,00
DEDUÇÕES	
04. (-) Programa de alimentação do trabalhador	0,00
12. (-) Imposto de Renda Retido na Fonte	228.789,18
IMPOSTO DE RENDA A PAGAR	-228.789,18

Em face da alegação da contribuinte, os autos foram baixados para diligência à unidade local da RFB, conforme determinado pelo Despacho da DRJ/Brasília, de 11/04/2012 (e-fls.103/104).

Realizada a diligência pela DRF local, restou apurado, conforme Informação Fiscal – Diligência, o seguinte resultado (e-fls. 4358/4360):

a) direito creditório do IRRF no valor total de **R\$ 224.782,61 (valor original)** quanto ao PA 1º trimestre/2006;

b) ainda, para verificar a suficiência do crédito para compensação dos débitos declarados na DCOMP nº 07922.15483.300307.1.7.02-6870 e DCOMP relacionadas nº(s) 40820.28420.140706.1.3.02-1531, 12822.92013.310706.1.3.02-4201 e

23907.34927.150806.1.3.02-5451, as informações foram inseridas no Sistema de Apoio Operacional para a simulação da compensação. De acordo com o **Demonstrativo Analítico de Compensação** (fls. 4.304 a 4.306), o crédito reconhecido é **insuficiente** para compensar integralmente os débitos informados em todas as DCOMP,

c) restou saldo de débito a pagar da COFINS de **R\$ 1.737,26** relativo à **DCOMP 23907.34927.150806.1.3.025451**, PA julho/2006, transmitida em 15/08/2006 – conforme Demonstrativo Analítico de Compensação, tela impressa em **20/02/2013** (fls. 4.304 a 4.306).

A contribuinte foi notificada para se manifestar, apresentar razões, quanto ao resultado da diligência, no prazo de trinta dias, conforme intimação e Aviso de recebimento – AR, ciência 13/03/2013 (e-fls. 4361/4362).

Trascorrido o prazo *in albis*, os autos do processo foram devolvidos à DRJ/Brasília para julgamento, conforme despacho de 24/04/2013 (e-fl.4364).

A DRJ/Brasília (4^a Turma), adotando o resultado da Informação Fiscal - Diligência, julgou a manifestação de inconformidade procedente em parte, reconhecendo, assim, parte do crédito pleiteado, conforme Acórdão, de **29/05/2013** (e-fls. 4365/4368), cuja ementa e voto condutor, no que pertinente, transcrevo a seguir, *in verbis*:

(...)

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA- IRPJ

Ano-calendário: 2006

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. EXISTÊNCIA PARCIAL DE CRÉDITO.

Comprovada nos autos a existência de direito creditório líquido e certo da contribuinte contra a Fazenda Pública, passível de compensação, deve ser revista a decisão dada pela autoridade administrativa. No caso, o direito creditório reconhecido é insuficiente para compensar integralmente a compensação pleiteada.

Manifestação de Inconformidade Procedente em Parte

Direito Creditório Reconhecido em Parte

(...)

Voto

(...)

Conclusão

Diante do exposto, VOTO pela procedência parcial da Manifestação de Inconformidade e pelo reconhecimento do direito creditório no valor de R\$ 224.782,61, autorizando a

homologação da compensação até o limite do crédito reconhecido.

(...)

Ciente desse *decisum* em **05/09/2013** por AR (e-fl. 4372), a contribuinte apresentou Recurso Voluntário em 04/10/2013 (e-fls. 4373/4379), aduzindo em suas razões, em síntese:

- que a decisão *a quo* reconheceu parcialmente direito creditório, ou seja, R\$ 224.782, 61 (valor original), a título de saldo negativo do IRPJ do 1º trimestre/2006;

- que, em face desse crédito deferido, restou saldo de débito a pagar apenas da COFINS, relativo à DCOMP DCOMP 23907.34927.150806.1.3.02-**5451**, transmitida em 15/08/2006, no valor de **R\$ 1.737,26**;

- que, entretanto, quando da ciência do Acórdão recorrido, a contribuinte recebeu cobrança de saldo de débito a pagar da COFINS de **R\$ 20.089,64** em 05/09/2013, relativo à DCOMP DCOMP 23907.34927.150806.1.3.02-**5451**, transmitida em 15/08/2006;

- que, assim, esse valor é diverso do saldo do débito a pagar da COFINS de **R\$ 1.737,26** de que trata o Demonstrativo Analítico de Compensação, tela impressa em **20/02/2013** (fls. 4.304 a 4.306);

- que, no caso, o débito da COFINS, saldo remanescente a pagar R\$ 1.737,26, extrapolou o crédito deferido e que para pagamento até 30/09/2013 (por exemplo, a título de argumentação seria R\$ 3.321,63 (principal R\$ 1.737,26 + multa R\$ 347,45 + juros R\$ 1.236,92));

- que, ademais, esse saldo remanescente de débito a pagar poderia ser extinto (inexistente/anulado o seu valor remanescente), caso fossem corrigidos dois erros ou equívocos cometidos pelo fisco nos cálculos – Demonstrativo Analítico de Compensação, ou seja:

a) quanto ao débito da **DCOMP 07922.15483.300307.1.7.02-6870**, a qual foi transmitida em 30/03/2007 para retificar a **DCOMP 11040.88757.150506.1.3.02-4402**:

- que no demonstrativo analítico da RFB observa-se que foi desconsiderada a data da DComp original, sendo indevidamente considerada a data de transmissão da retificadora. Tal situação gerou cobrança de juros e multa, conforme consta do demonstrativo analítico transcrito nas razões do recurso (e-fl. 4376);

-que a multa e os juros seriam indevidos;

b) que se observa outro equívoco no que concerne à atualização do direito creditório do saldo negativo, pois a RFB utilizou a taxa Selic acumulada a partir de janeiro de 2007, quando o correto é considerar a atualização a partir de abril de 2006, posto que a recorrente apurou o IRPJ pelo regime trimestral – 1º trimestre/2006.

Por fim, a recorrente entende ter demonstrado a existência de crédito suficiente para extinção do débito remanescente, mediante homologação da compensação; pediu, então, provimento ao recurso.

Em face dos argumentos da contribuinte, na Sessão de 03/03/2015 a então 2ª Turma Especial da 1ª Seção de Julgamento do CARF converteu o julgamento em diligência, conforme Resolução nº 1802-000.623- 2ª Turma Especial (e-fls. 4398/4407), cujo voto condutor transcrevo, no que pertinente, *in verbis*:

(...)

Compulsando os autos, observa-se que o Demonstrativo Analítico de Compensação que aponta saldo remanescente de débito de R\$ 20.089,64, quanto à DCOMP 23907.34927.150806.1.3.02-5451, transmitida em 15/08/2006, por insuficiência de direito creditório, bem como respectiva Listagem de Débitos/Saldos Remanescentes, a que alude a recorrente nas razões do recurso, não constam dos autos, não foram juntados aos autos (cópia deles deveriam estar nos autos, como anexos à intimação do resultado do julgamento da DRJ/Brasília, porém, não foram juntados).

Logo, há falha na instrução do processo que não permite ao julgador firmar convicção quanto ao mérito do cálculo Demonstrativo Analítico de Compensação que aponta débito remanescente de R\$ 20.089,64 quanto à DCOMP 23907.34927.150806.1.3.02-5451, transmitida em 15/08/2006.

Há, por conseguinte, necessidade de saneamento do processo.

Para evitar prejuízo à ampla defesa e ao contraditório e atento ao princípio da verdade material, propugno pela realização de instrução processual complementar, ou seja, baixar os autos do processo à unidade de origem da RFB, no caso DRF/Brasília a fim de que essa unidade do fisco:

a) junte aos autos a tela do cálculo – Demonstrativo Analítico de Compensação, bem como a Listagem de Débitos/Saldos Remanescentes, que apontaria débito remanescente de R\$ 20.089,64 quanto à DCOMP 23907.34927.150806.1.3.02-5451, transmitida em 15/08/2006;

b) verifique, se no referido Demonstrativo Analítico de Compensação, bem como na Listagem de Débitos/Saldos Remanescentes, há, ou não, os alegados 2 (dois) erros ou equívocos suscitados pela recorrente, pois pediu revisão dos cálculos do débito remanescente da Cofins:

-que, diversamente do que consta do Demonstrativo Analítico de Compensação, bem como na Listagem de Débitos/Saldos Remanescentes (que recebeu anexo à intimação da decisão recorrida), seja considerada a data de transmissão da Dcomp Original 11040.88757.150506.1.3.02-4402 (15.05.2006) como a data de efetiva liquidação do débito de Cofins (código 2172), período de apuração 04/2006, no valor de R\$ 30.000,00, como efetivamente ocorreu, desconsiderando aplicação de multa e juros cobrados indevidamente;

-que, diversamente do que consta do Demonstrativo Analítico de Compensação, bem como na Listagem de Débitos/Saldos

Remanescentes (que recebeu anexos à intimação da decisão recorrida), seja feita a atualização monetária do saldo negativo do IRPJ do 1º Trimestre/2006 a partir de abril/2006, observando que a Empresa apurou o tributo pelo regime trimestral;

c) justifique pelo qual o saldo remanescente a pagar quanto à DCOMP 23907.34927.150806.1.3.02-5451, transmitida em 15/08/2006, não é aquele constante do Demonstrativo Analítico de Compensação, tela impressa de 20/02/2013, que aponta saldo a pagar R\$ 1.737,26, nessa data (fls. 4.304 a 4.306).

c) elabore, ao final do procedimento de diligência, relatório circunstaciado, pormenorizado, de forma objetiva, tratando, de forma cabal, em relação a cada um dos questionamentos formulados pela recorrente e apresentados acima e no relatório;

d) intime a contribuinte do relatório de diligência (resultado da diligência), abrindo prazo de 30 (trinta) dias a partir da ciência, para manifestação nos autos, caso queira.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação da contribuinte, retornem os autos ao CARF para julgamento da lide.

Por tudo que foi exposto, voto para CONVERTER o julgamento em diligência.

(...)

Realizada a Diligência Fiscal pela Diort da DRF/Brasília, os resultados foram apresentados no Relatório de Informação Fiscal de 10/05/2017 juntados aos autos (e-fls. 4413/4416), e intimada a contribuinte dos resultados desse Relatório (e-fls. 4497/4500) juntou manifestação nos autos em 16/06/2017 (e-fls. 4462/4496).

É o relatório.

Voto

Conselheiro Nelso Kichel, Relator

A admissibilidade do Recurso Voluntário já fora realizada na Sessão de 03/03/2015, quando a então 2ª Turma Especial da 1ª Seção de Julgamento do CARF converteu o julgamento em diligência, conforme Resolução nº 1802-000.623– 2ª Turma Especial, voto condutor de minha relatoria, na época (e-fls. 4398/4407).

Realizada a diligência fiscal, os autos retornaram ao CARF, e foram distribuídos a esta 1ª Turma/3ª Câmara/1ª SEJUL para minha relatoria, em face do disposto no art. 49, §§ 5º, 6º e 7º, Anexo II, RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343/2015, *in verbis*:

Art. 49 (...)

.....
§5º Os processos que retornarem de diligência, os conexos, decorrentes ou reflexos e os com embargos de declaração opostos serão distribuídos ao mesmo relator, independentemente de sorteio, ressalvados os embargos de declaração opostos em que o relator não mais pertença ao colegiado, que serão apreciados pela turma de origem, mediante sorteio para qualquer conselheiro da turma.

§6º Os embargos de declaração opostos contra decisões e os processos de retorno de diligência de turmas extintas serão distribuídos ao relator ou redator, independentemente de sorteio ou, caso relator ou redator não mais pertencer à Seção, o Presidente da respectiva Câmara devolverá para sorteio no âmbito da Seção.

§7º Na hipótese de o conselheiro ter sido designado para novo mandato, em colegiado integrante de outra Câmara com competência sobre a mesma matéria, os processos já sorteados, inclusive os relatados e ainda não julgados e os que retornarem de diligência, com ele permanecerão e serão remanejados para o novo colegiado.

Efetuada essa explicitação, passo analisar o recurso.

Primeiro, a contribuinte não recorreu acerca do direito creditório. Assim, não há litígio a ser enfrentando quanto ao crédito. A decisão *a quo* reconheceu, como direito creditório, o saldo negativo do IRPJ **R\$ 224.782,61** (valor original), quanto ao 1º trimestre/2006, valor apurado no regime do lucro real trimestral. A contribuinte havia pleiteado R\$ **228.789,18** (valor original), porém acatou o valor deferido pela decisão *a quo* (não recorreu, nessa parte).

Por outro lado, identifico os seguintes pontos a serem enfrentados, dirimidos, esclarecidos, quanto as razões suscitadas pelo recorrente no seu recurso:

a) discordou, a princípio, do débito remanescente (liquidação administrativa do Acórdão), ou seja, saldo de débito a pagar da COFINS, relativo à **DCOMP 23907.34927.150806.1.3.025451**, PA julho/2006, transmitida em 15/08/2006, pois não teria ficado claro qual seria o valor do saldo do débito remanescente do principal dessa exação fiscal:

a) saldo remanescente a pagar do principal da Cofins **R\$ 1.737,26** constante do Demonstrativo Analítico de Compensação, tela impressa de **20/02/2013**, por insuficiência de direito creditório (fls. 4.304 a 4.306);

Obs: Pediu esclarecimento acerca de suposto saldo remanescente a pagar do principal da Cofins, pois - além do citado valor - teria uma outra Listagem de Débitos/Saldos Remanescentes a que alude nas razões do recurso, onde o saldo da Cofins seria de R\$ 20.089,64, por insuficiência de direito creditório (entretanto, **não consta dos autos a tela de tal suposta listagem**).

b) ainda alegou dois supostos equívocos na "liquidação" da decisão recorrida:

- que, primeiro, no demonstrativo analítico da RFB observa-se que foi desconsiderada a data da DCOMP original, sendo indevidamente considerada a data de transmissão da retificadora. Tal situação gerou cobrança de juros e multa de mora, conforme consta do demonstrativo analítico transcrito nas razões do recurso (e-fl. 4376); que a multa e os juros seriam indevidos;

- que, por último, se observa outro equívoco no que concerne à atualização do direito creditório (saldo negativo do IRPJ do 1º trimestre/2006), pois a RFB utilizou a taxa Selic acumulada a partir de janeiro de 2007, quando o correto é considerar a atualização a partir de abril de 2006, posto que a recorrente apurou o IRPJ pelo regime trimestral – 1º trimestre/2006.

Não procede a irresignação da recorrente, quanto a esses pontos suscitados.

O resultado da diligência efetuada esclareceu de forma peremptória, categórica, definitiva, todas essas questões.

Ou seja:

- que o débito remanescente da Cofins é **R\$ R\$ 1.737,26 (principal)**;

- que as atualizações dos débitos foram efetuadas nos termos da legislação de regência, conforme demonstrativo de cálculo constante do resultado - Relatório de Informação Fiscal (diligência) e que transcrevo mais adiante.

Assim, como razão de decidir, adoto o resultado da diligência solicitada pelo CARF, conforme Relatório Informação Fiscal da Diort da DRF/Brasília de 20/05/2017, juntados aos autos (e-fls. 4413/4416), e que transcrevo, *in verbis*:

(...)

4. Passa-se a análise dos elementos apontados e questionados pelo CARF.

(...)

4.4 Assim, conclui-se: não existem os erros alegados pela Requerente, nos cálculos feitos e apresentados pela RFB.

(...)

c) elabore, ao final do procedimento de diligência, relatório circunstanciado, pormenorizado, de forma objetiva, tratando, de forma cabal, em relação a cada um dos questionamentos formulados pela recorrente e apresentados acima e no relatório;

(...)

C.3. Após série de intimações e documentos apresentados, a diligência concluiu que o direito creditório em favor da Contribuinte era de R\$ 224.782,61 (folhas 4358 a 4360). (...).

C.4. A DRJ reconheceu o valor do direito creditório da Requerente (folhas 4365 a 4368), conforme diligência apresentada. Assim, conforme os cálculos elaborados, o crédito reconhecido é insuficiente. E o saldo a pagar, em valor original, é de R\$ 1.737,26, referente a um débito de Cofins, de vencimento em 15/08/2006 (folha 4304)

(...)

C.9. Refazendo essa matemática manualmente, constrói-se a tabela abaixo. Ela apresenta o mesmo resultado do relatório das folhas 4304 a 4306. Em síntese, o saldo disponível para a última compensação é de R\$ 66.489,52. Atualizado pela Selic em 5,71% perfaz R\$ 70.286,08.

Este montante é R\$ 1.737,26 menor do que o necessário para liquidar o último débito, no valor de R\$ 72.023,34 em 15/08/2006.

Tabela C.9

Saldo Original em 31/03/2006: R\$ 224.782,61

Débito	Vencimento	Selic Acumulada	Saldo Disponível Atualizado	Saldo Disponível	Saldo Original Utilizado	Saldo original disponível
						R\$ 224.782,61
R\$ 30.000,00	15/05/2006	2,08%	R\$ 229.458,09	86,93%	R\$ 29.388,71	R\$ 195.393,90
R\$ 100.000,00	14/07/2006	4,54%	R\$ 204.264,78	44,37%	R\$ 95.657,16	R\$ 99.736,73
R\$ 34.756,63	31/07/2006	4,54%	R\$ 104.264,78	29,58%	R\$ 33.247,21	R\$ 66.489,52
R\$ 72.023,34	15/08/2006	5,71%	R\$ 70.286,08	0,00%	R\$ 66.489,52	R\$ 0,00

C.10 A Requerente não contestou o valor do crédito deferido pela DRJ (R\$ 224.782,61) nem questionou os cálculos apresentados no item C.3 (folhas 4304 a 4306). Ao contrário. Conforme tabela feita pela Empresa, na folha 4376, há insuficiência de crédito no valor de R\$ 1.737,26 (em harmonia com o extrato das folhas 4304 a 4306 e com o item C.9).

(...)

Como demonstrado, o débito remanescente da Cofins do PA 31/07/2006, equivale a R\$ 1.737,26 (principal), mais acréscimos legais pertinentes (multa de mora e juros Taxa SELIC), conforme legislação de regência.

Intimada do resultado do Relatório de Informação Fiscal, a contribuinte manifestou-se nos autos, argumentando que:

- que concorda com o resultado do Relatório da Informação Fiscal, ou seja, com a existência do débito remanescente da Cofins de **R\$ 1.737,26** (principal), e acréscimos legais (PA 31/07/2006);

- que, inclusive, juntou cópia do Comprovante de Pagamento, data de pagamento 28/06/2017, no valor de **R\$ 4.084,29** assim especificado (código de receita 2172, PA 31/07/2006):

- a) principal R\$ 1.737,26;
- b) multa de mora R\$ 347,45;
- c) juros Selic R\$ 1.999,58.

Total R\$ 4.084,29.

Logo, não procedem as questões suscitadas pela contribuinte nas razões do recurso, pois restaram todas peremptoriamente rechaçadas pelo resultado constante do Relatório de Informação Fiscal, transcrita anteriormente.

Cabe a unidade de origem da RFB, no caso a DRF/Brasília, em restando confirmado o pagamento do citado débito remanescente, **alocar o pagamento**. E, por fim, emitir extrato do processo e dar ciência à contribuinte.

Diante do exposto, voto para negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Nelso Kichel